8 A 11 DE AGOSTO DE 2022
AGRICULTURA FAMILIAR, SISTEMAS AGROALIMENTARES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS RUMO AOS ODS
60º Congresso da SOBER

ORGANIZAÇÕES COLETIVAS NO AMAZONAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

COLLECTIVE ORGANIZATIONS IN THE AMAZON: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR RURAL DEVELOPMENT

Lindomar de Jesus de Sousa Silva[1]; Rosilane Bruna de Souza Alves[2]; Gilmar Antonio Meneghetti[1]; José Olenilson Costa Pinheiro
[1]Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM. E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br; gilmar.meneghetti@embrapa.br; jose.pinheiro@embrapa.br
[2]Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus, AM. E-mail: brualvesl18@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT06. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva

Resumo
O estudo analisa um conjunto de organizações (cooperativas e associações) a partir de variáveis como: ano de fundação, número de associados, número de funcionários, forma de comercialização, destino da produção e principais consumidores. O objetivo da pesquisa foi fazer uma leitura das organizações no Amazonas e analisar seus desafios como instrumento de desenvolvimento rural para as comunidades amazônicas. A pesquisa teve propósito exploratório, descritivo e explicativo, e natureza quantitativa e qualitativa. A análise foi feita a partir de dados disponibilizados no mapa Conexsus Panorama de Negócios Comunitários Sustentáveis, por meio de revisão bibliográfica e diálogos com dirigentes das organizações. As organizações têm um papel importante nos processos de desenvolvimento comunitário do Amazonas, entretanto necessitam de fortalecimento de diversos aspectos de gestão, participação dos associados, planejamento estratégico visando à organização da produção, agregação de valor e melhoria na comercialização e acesso aos mercados.
Palavras-chave: organizações, desenvolvimento rural, participação, cooperação, Amazonas.

Abstract
The study analyzes a set of organizations (cooperatives and associations) based on variables such as: year of foundation, number of members, number of employees, form of marketing, destination of production and main consumers. The objective of the research was to read the organizations in Amazonas and analyze their challenges as an instrument of rural development for Amazonian communities. The research had an exploratory, descriptive and explanatory purpose, and a quantitative and qualitative nature. The analysis was based on data available on the Conexsus Panorama of Sustainable Community Business map, through a bibliographic review and dialogues with leaders of the organizations. Organizations play an important role in the processes of community development in Amazonas, however they need to strengthen various aspects of management, participation of members, strategic planning aimed at organizing production, adding value and improving marketing and access to markets.
Key words: organizations, rural development, participation, cooperation, Amazonas.

1. Introdução

No Amazonas, há uma grande diversidade de agricultores familiares (ALMEIDA, 1994, CARVALHO, 2005) que manejam muitos ecossistemas (PEREIRA et al., 2015). A diversidade da região amazônica abriga em seus territórios pescadores artesanais, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, moradores de unidades de conservação, extrativistas, unidades indígenas, com múltiplas formas de cooperação e associações formais e informais. Porém, ganha evidência a formação de associações e cooperativas como instrumento coletivo constituído, principalmente, para acesso a políticas públicas e mercados.

O Sebrae (2022) pontua as principais diferenças entre associações e cooperativas e afirma que a diferença está "na natureza dos dois processos", em que as associações, teoricamente, visam à "atividade social"; o seu "gerenciamento é mais simples, o custo de

registro", e sua principal finalidade é a promoção da assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia. Já a cooperativa tem como objetivo central o econômico, foca em "viabilizar o negócio produtivo", acessar mercados e adequar os meios para "desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala e de forma coletiva".

Entre os pequenos agricultores do Amazonas, as cooperativas e associações surgem a todo o momento como um "meio facilitador para obtenção de crédito agrícola, acesso a canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais" (FAGOTTI, 2017, p.34), e poderíamos acrescentar que são fundamentais para a superação da vulnerabilidade inerente dos pequenos produtores em relação aos insumos e mercados. Para Ramos e Vieira Filho (2021, p.10), as "cooperativas e associações auxiliam o produtor a negociar e comercializar de maneira mais efetiva. Assim, é possível capturar as economias de escala e ampliar o poder de mercado, maximizando preço e minimizando custos".

Ramos e Vieira Filho (2021, p.9-10), tendo como base os estudos de Charles, Battese e Villano (2019), Fischer e Qaim (2012), Naziri et al. (2014), Iliopoulos et al. (2019) e Francesconi e Ruben (2012), sobre organizações coletivas (cooperativas e associações), produziram uma sistematização de contribuições e aspectos sobre as organizações dos agricultores familiares em países como China, Vietnã, Quênia, Estônia e Etiópia. Na China, os estudos de Charles, Battese e Villano (2019) identificaram: 1) incapacidade de capturar economias de escala; e 2) baixo poder de mercado ao ofertar seus produtos na economia, problemas superados pela cooperação para o uso de máquinas, serviços especializados, crédito e mesmo a distribuição de produtos. Fischer e Qaim (2012) estudam as ações coletivas tomadas pelos agricultores no Quênia, visando melhorar o acesso ao crédito, a renda dos associados e a adoção de tecnologias. No Vietnã, Naziri et al. (2014) concluem que o "cooperativismo facilitava o acesso de pequenos agricultores vietnamitas a mercados exigentes", com informações compartilhadas de assistência técnica, compra de insumos, integração vertical e melhor qualidade sanitária dos produtos. Na Estônia, a pesquisa de Liopoulos et al. (2019) identificou que os "modelos de governança adotados pelas cooperativas agrícolas fornecem insights importantes a respeito de como essas organizações se adaptam às mudanças relacionadas às necessidades de seus membros". Francesconi e Ruben (2012) relatam como positivo na Etiópia, entre agricultores produtores de leite, o acesso ao comércio justo, ao criar vínculos de mercado ou melhorar as cadeias. Portanto, nesses países, as organizações coletivas são essenciais como instrumentos capazes de intermediar e acessar a inovação, o crédito, os serviços, possibilitar trocas de saberes e informações, bem como garantir padrões e acesso a mercados, combinando vantagens que superem limitações socioeconômicas, produtivas, com escala e acesso a serviços necessários.

Porém, alcançar os resultados coletivos exige a imersão dos agricultores familiares na dimensão da participação, superação dos objetivos individuais, e assim contribuir para a coesão da instituição coletiva. Os resultados somente são possíveis com a participação ativa, o que significa "fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas" (TEIXEIRA, 1997, p.187). Para Oliveira e dos Anjos (2021,p.145), a participação "não é delegada, ela é intrínseca, ou seja, deve partir do próprio indivíduo, de acordo com suas inquietações, quando ele passa a ter consciência da sua realidade social desfavorável". Nesse sentido, cooperar e associar-se está relacionado ao sentido de comprometer-se, empenhar-se, assumir compromisso e construir algo com outras pessoas, superando o individualismo. Segundo Webering (2020, p.569), cooperação remete também a movimento para evolução da própria história da humanidade, que se baseou na vida em coletividade e possibilitou também a sobrevivência de outras espécies (Gambetta, 1996).

Para Becker (1996, p.69), a cooperação constitui um ato de "unir forças individuais para alcançar resultados coletivos, num ambiente econômico-social altamente competitivo, onde o poder dos conglomerados econômicos pode reduzir ao mínimo os níveis de competição".

No caso do Amazonas, as associações e cooperativas possuem, entre seus quadros de associados, uma maioria de agricultores familiares que pouco participa, e, na maior parte das vezes, a "participação se restringe ao pagamento das taxas mensais para o recebimento de benefícios governamentais, como seguro defeso, subsídios, dentre outros" delegando grande parte das decisões à diretoria ou simplesmente ao presidente (ALVES; COSTA E SOUZA, 2018, p.127).

Para Maneschy, Maia e Carneiro (2008, p.89), um dos fatores que podem explicar a falta de comprometimento com a cooperativa, evidenciado pela ausência de participação na atividade, falta de priorização na comercialização de produção, entres outros aspectos, pode estar vinculado à maneira "induzida dessa forma de cooperação e as formalidades legais pertinentes, a busca dos financiamentos oficiais espalhou-se aceleradamente, em razão de suas vantagens econômicas", como o acesso a crédito e políticas públicas relacionado aos mercados institucionais, o que constitui forma jurídica de cooperação, que muitas vezes passa ao "largo das formas espontâneas e gratuitas de cooperação consagradas pela tradição camponesa – ajuda interna em família extensa, mutirão, trocas de dias –, baseada em laços de confiança, fidelidade e corresponsabilidade".

Além dos aspectos das artificialidades das cooperativas, induzidas à criação a partir de atores externos, e não a uma evolução das formas tradicionais, podemos também questionar como essas organizações são afetadas pela "crescente individualização da sociedade moderna, na qual os indivíduos mostram-se cada vez mais atomizados" (FAGOTTI ,2017, p.4). É certo que as questões vistas por Maneschy, Maia e Carneiro (2008) e Fatotti (2017) precisam ser urgentemente colocadas como temas de debate e pesquisa socioeconômica no Amazonas. A pesquisa necessita contribuir para a constituição de um modelo de desenvolvimento endógeno, peculiar e sustentável. É fato que há inúmeras organizações coletivas disseminadas nos mais diversos rincões da região amazônica. Nesse sentido, é fundamental criar mecanismos e estratégias que possibilitem que essas associações e cooperativas sejam capazes de acessar mercados, ofertar produtos de qualidade, superar limitações físicas, de equipamentos, acessar tecnologia, inovação, créditos e auxiliar em negociações e comercialização de maneira mais efetiva (RAMOS E VIEIRA FILHO, 2021). Na Amazônia as organizações coletivas ainda podem ser protagonistas na proteção dos recursos naturais como atores responsáveis por organizar a comunidade, garantir o manejo adequado e sustentável dos recursos naturais, a exemplo dos lagos (AQUINO; SILVA, 2020); adequar tecnologias de forma a torná-las adaptadas à realidade local dos agricultores (GUTIERREZ et al., 2020; GUTIERREZ, 20215); construir alternativas que favoreçam as comunidades nas questões relacionadas aos serviços ecossistêmicos e ambientais (SILVA et al., 2021; PRADO 2021; HOMMA, 2021).

O presente estudo busca realizar uma análise de 21 cooperativas e 49 associações amazonenses a partir das informações contidas no mapeamento dos desafios Conexsus, o qual coletou dados de negócios comunitários em todo o Brasil, cadastro de voluntários das iniciativas, Panorama de Negócios Comunitários Sustentáveis, com informações inéditas sobre as organizações de base comunitária. No presente estudo, foram selecionadas algumas variáveis para tentarmos construir uma leitura das organizações coletivas no Amazonas como fator essencial para o desenvolvimento rural das comunidades amazônicas. As variáveis selecionadas foram: ano de fundação das cooperativas, número de associados, número de funcionários, forma de comercialização da produção, destinação da produção e principais consumidores. Com essas informações buscamos realizar uma análise qualitativa, com objetivo de mostrar alguns aspectos relacionados às organizações coletivas e seus desafios em comunidades amazônicas.

Metodologia

A presente investigação tem como propósito ser exploratória, descritiva e explicativa, considerando que cada tipo possui suas especificidades. Gil (1991, p.45-46) diz que as pesquisas exploratórias "têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema"; as descritivas adotam "como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno" e as explicativas "têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos".

A natureza das pesquisas científicas pode ser classificada como quanti-quali. Como o próprio nome sugere, representa a combinação das duas modalidades citadas (qualitativa e quantitativa), agregando na análise um pouco da concepção positivista e fenomenológica, extraindo o que é de melhor nas duas concepções (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1997).

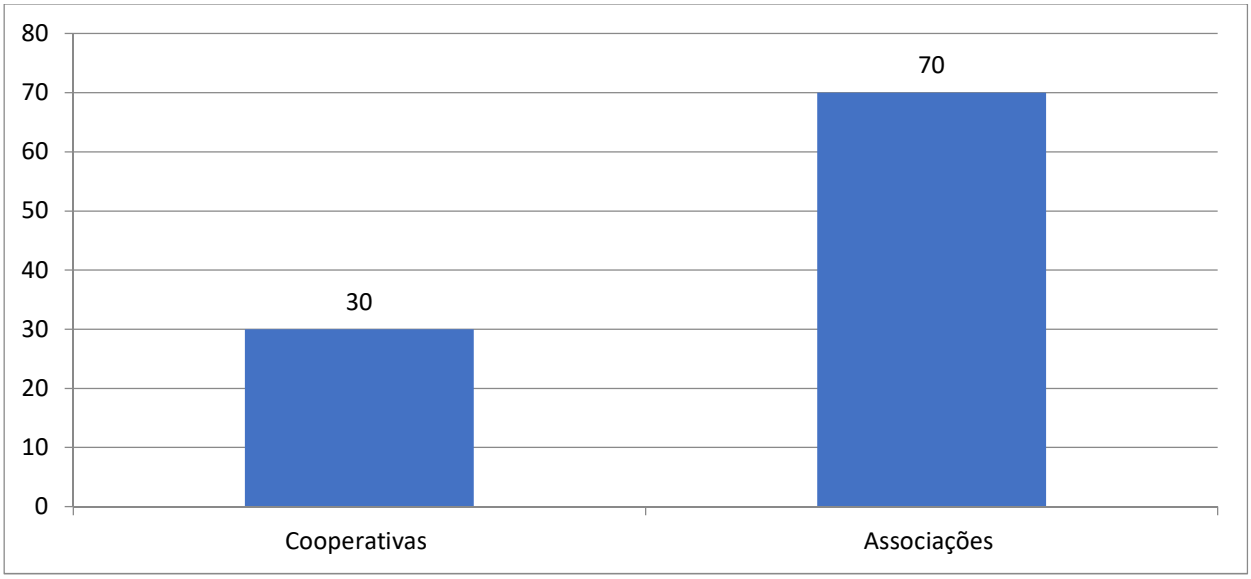
Os dados que serviram de base para análise são de fontes secundárias: mapeamento dos desafios Conexsus, que coletou dados de negócios comunitários em todo o Brasil, por meio de um cadastro voluntário da iniciativa Panorama de Negócios Comunitários Sustentáveis, com informações inéditas sobre as organizações de base comunitária. Para a análise selecionamos as seguintes variáveis: ano de fundação das cooperativas, número de associados, número de funcionários, forma que comercializa a produção, destino da produção e principais consumidores dos produtos das cooperativas e associações do Amazonas. As informações foram obtidas via sistema de planilha Excel fornecida pelo site. A partir das informações, foram selecionadas 21 cooperativas e 46 associações da região e, de posse das informações, produziu-se estatística descritiva com as principais variáveis, gerando os dados necessários para a presente análise. Além das informações mencionadas, foram obtidas informações na literatura especializada e informações coletadas a partir do contato e diálogo com dirigentes de associações e cooperativas durante a atividade de campo em comunidades e municípios amazonenses.

2. Resultados

Os dados presentes no mapeamento dos desafios Conexsus apresentam 67 organizações, que preencheram o formulário on-line e repassaram suas informações de forma autodeclarada. Nesse cadastro 70% são associações e 30% são cooperativas. Os dados mostram que há 1,1 cooperativa e 2,7 associações por município, mostrando que a associação é a forma de agregação predominante entre os agricultores amazonenses. Para Sabourin (1999, p.6), o modelo de associação foi muito difundido nas décadas de 1980 e 1990, principalmente no Nordeste, e muitas vezes foram orientadas por um "apadrinhamento por tutelas", conjugando três fatores: "a necessidade para os sítios e comunidades de dotar-se de representações jurídicas"; "a intervenção de atores externos: Igreja, ONGs, extensão, projetos públicos"; e "a existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (subvenções ou créditos públicos em caso de seca)". Aspectos reforçados por Andrade (2011, p.6), ao dizer que "muitas vezes são atores externos (agências governamentais, ONGs, empresas) que saem em busca de organizações sociais a fim de implementar suas políticas", o que acaba "projetando sobre as comunidades locais limitações que não são delas – dispõem de prazos quase sempre muito curtos, vêm imbuídos de intenções que, muitas vezes, não se encaixam com as das populações, têm uma lógica própria para implementar suas ações".

Como consequências, afirma Andrade (2011), tem-se a "criação de associações como estruturas meramente formais e artificiais, sem lastro em processos mais orgânicos de mobilização social". Portanto, a existência dessas organizações coletivas requer estudos cada vez mais aprimorados e a busca de formulação de estratégias que leve ao fortalecimento das associações e cooperativas como instrumentos capazes de influenciar positivamente o desenvolvimento de comunidades e territórios no Amazonas.

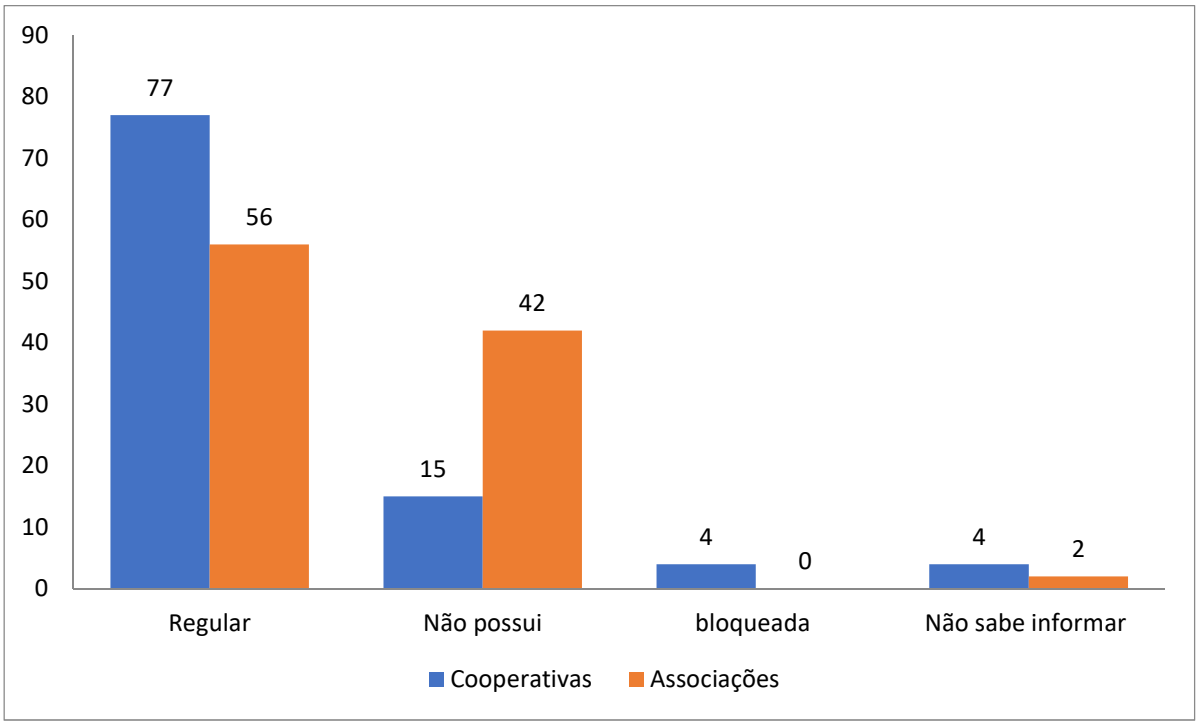
Figura 1. Organizações coletivas no Amazonas.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus.

No aspecto legal, o gráfico apresenta as organizações que estão com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regular. Sabe-se que esse documento é essencial para que a organização coletiva participe e tenha acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e programa de aquisição de alimentos do governo. Nesse ponto, é perceptível a irregularidade das cooperativas, além de uma enorme quantidade de associações sem o documento. Esse problema indica que um grande número de associações pode estar nessa situação em razão do baixo nível de profissionalismo na gestão das organizações para o acesso a políticas públicas para suas comunidades. As organizações estabelecem metas modestas, desconsiderando a logística, as questões físicas e geográficas e a grande burocracia que, nas maiorias das vezes, não considera aspectos como a distância e ausência de um mínimo de infraestrutura, energia, transporte regular, sistema bancário entre outros. Por outro lado, a grande maioria das cooperativas legalizadas mostra certo comprometimento e a busca de condições legais para a participação em políticas públicas, busca de acesso a crédito e outros meios necessários para viabilizar a atividade produtiva dos associados (ARAÚJO, 2017).

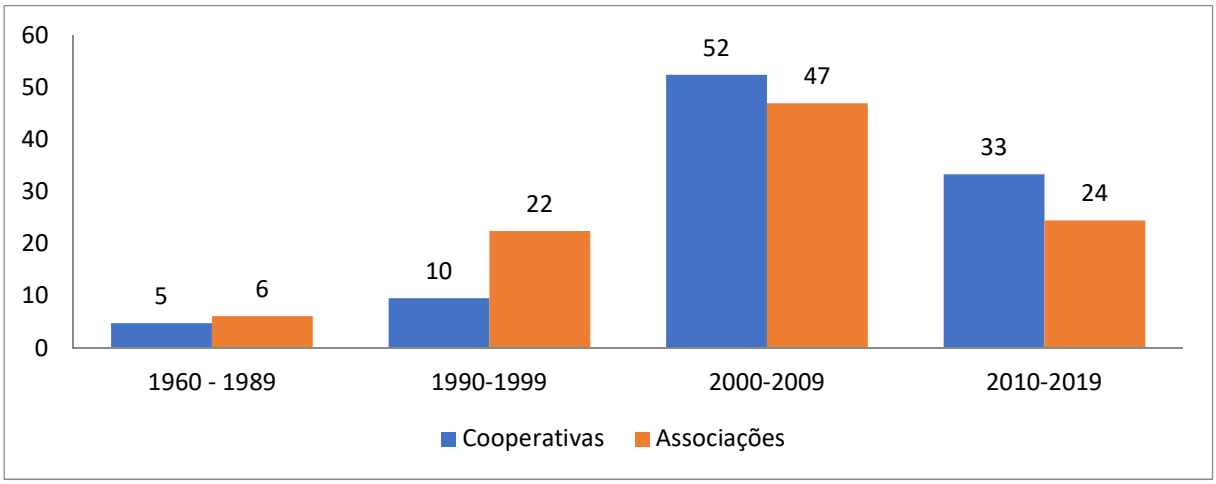
Figura 2. Situação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

Com relação ao período de fundação das organizações coletivas, tanto as cooperativas como as associações passam a ser criadas com maior intensidade a partir dos anos 2000, período que consiste no crescimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com consequência da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, decorrente da mobilização dos agricultores (SCHNEIDER, GAZELLA e MATTEI, 2009), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947 de 2009, que, entre seus objetivos, promove a produção familiar de alimentos associada com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei nº 11.346 de 2006. A criação dessas políticas é parte da concepção governamental, com o entendimento de que os programas destinados a fortalecer a produção da agricultura familiar constituem-se em uma grande "oportunidade de comercializar uma gama considerável de alimentos produzidos em suas propriedades", segundo o MDS (2010, p.17), e que, ao "longo do processo de incorporação ao programa, as famílias e suas organizações econômicas vão diversificando a produção" em suas unidades produtivas, atendendo "uma demanda organizada pelas redes de equipamentos e políticas públicas que necessitam de diversidade e regularidade na oferta de alimentos. Com a perspectiva de aproximar produtores e consumidores, os programas e políticas públicas iniciados a partir da segunda metade da década de 1990 são contribuições institucionais para a afirmação de princípios de sustentabilidade e que contribuíram para o auxílio e a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana.

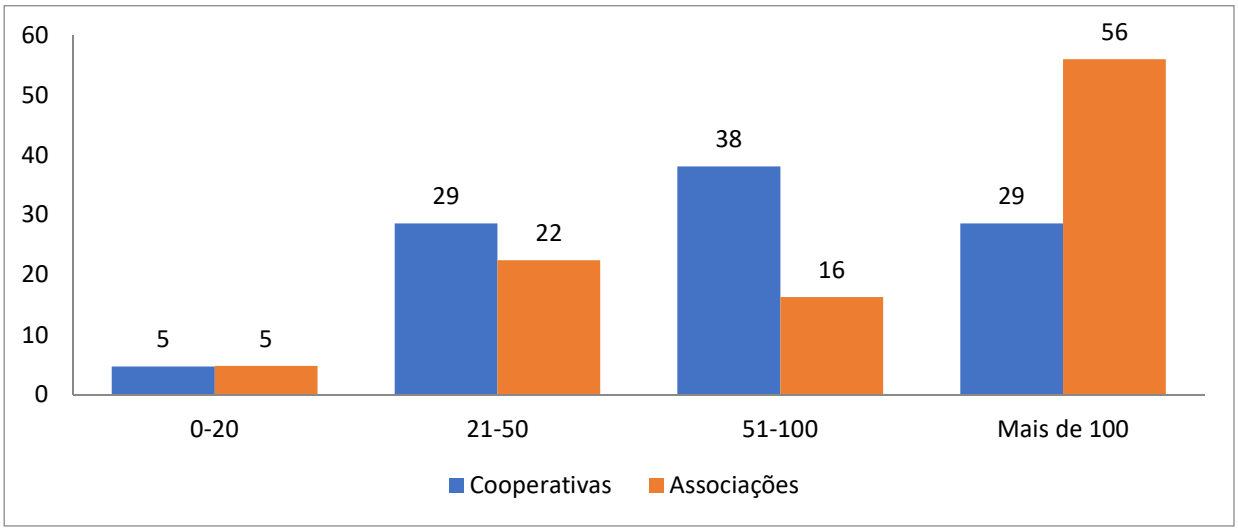
Figura 3. Ano de fundação das organizações coletivas no Amazonas.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

Os dados observados na Figura 4 mostram o potencial ou a capilaridade das organizações coletivas do Amazonas. A grande maioria das organizações possui mais de 51 associados, tanto as cooperativas como as associações. Tais aspectos expõem o potencial das organizações coletivas nas mobilizações dos agricultores amazônicos, o que exige das associações e cooperativas capacidade de planejamento, organização e controle, buscando promover maior eficácia para envolver e garantir densidade em suas atividades.

Figura 4. Números de associados nas organizações coletivas no Amazonas.

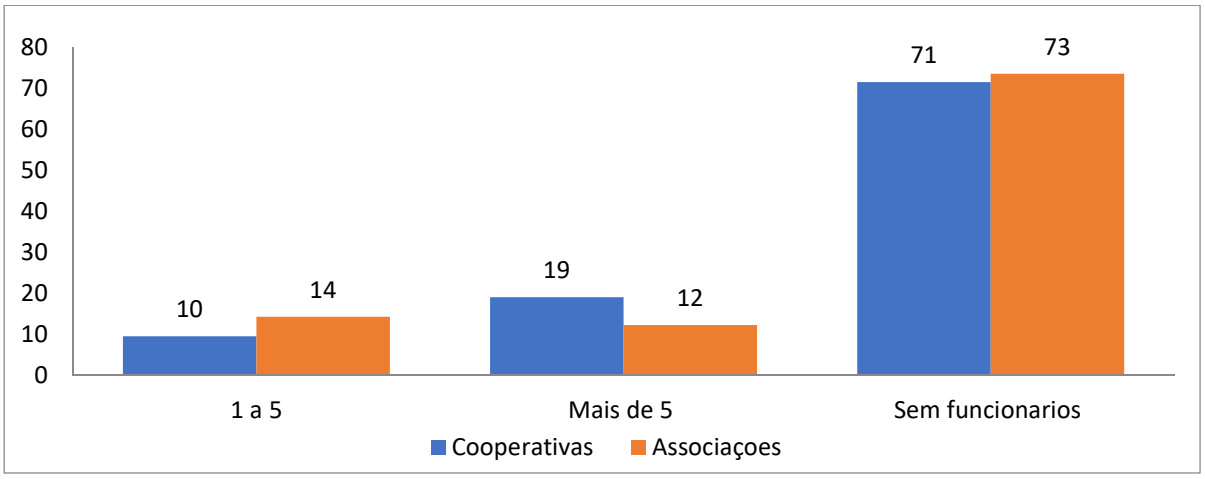


Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

A debilidade organizativa é uma fragilidade das associações e cooperativas, principalmente em seus aspectos funcional e burocrático. A Figura 5 mostra que mais de 70% das cooperativas e associações estão sem funcionários para conduzir o processo administrativo, organizar a contabilidade e para outros procedimentos administrativos essenciais para garantir o controle e a transparência de projetos e programas acessados, além de condições para não sobrecarregar o presidente da organização (MOREIRA; SILVA,2020). Uma boa equipe administrativa, capaz de tocar as tarefas burocráticas e seguir um planejamento, pode contribuir

decisivamente para mobilizar recursos, com objetivos e ações voltados a fortalecer as atividades socioeconômicas dos associados.

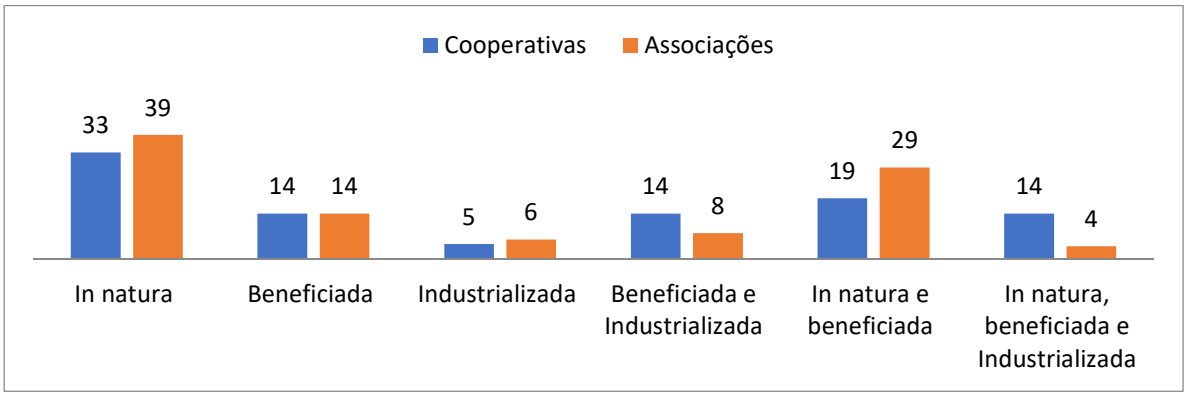
Figura 5. Número de funcionários.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

A forma de comercialização também se constitui em desafio para as organizações coletivas. As associações e cooperativas comercializam in natura a maior parte da produção dos filiados, sem nenhuma agregação de valor, como pode ser observado na Figura 6. A venda in natura não agrega valor à produção nem melhor preço. Somente 6% das cooperativas industrializam a sua produção e 6% das associações também o fazem.

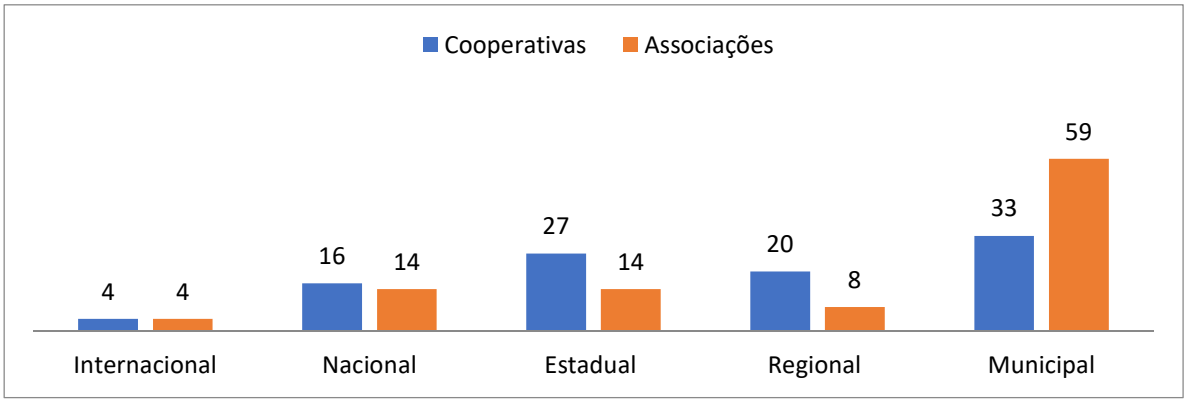
Figura 6. Forma de comercialização da produção.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

Outro dado importante, mostrado na Figura 7, é o destino da produção. A maioria da produção das cooperativas e associações do Amazonas abastece os municípios, os mercados curtos, feiras, atacados e o estado. Tais aspectos evidenciam a importância dessas organizações para reduzir ao mínimo a intermediação, unir oferta e demanda local de alimentos, o que pode influenciar diretamente no processo de desenvolvimento econômico e social dos municípios e territórios, com a disponibilização de produtos típicos da região (BILLACRÊS; NASCIMENTO, 2019).

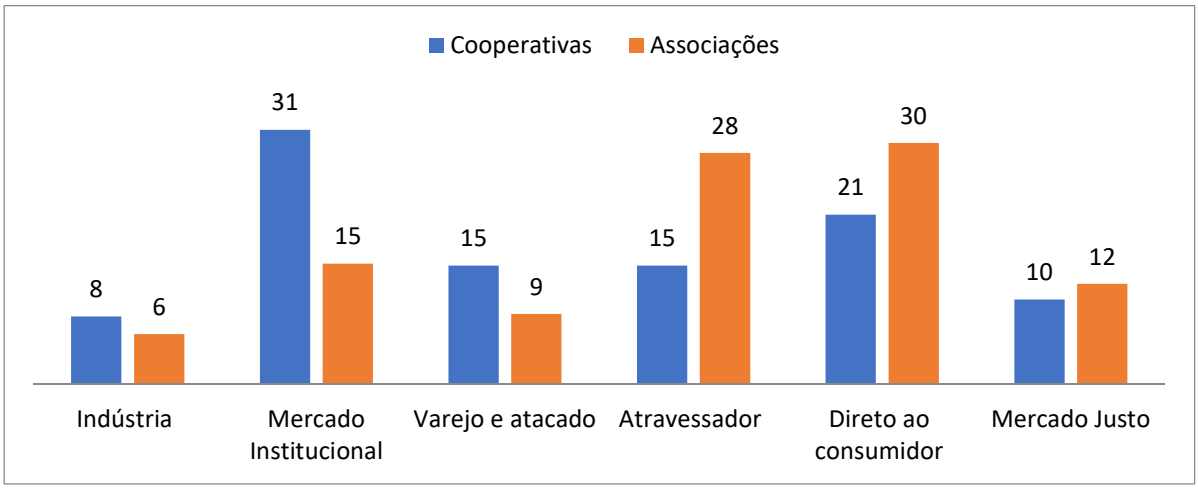
Figura 7. Destino da Produção.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

Entre os principais compradores da produção das cooperativas e associações estão: o mercado institucional, comprovando a relação das políticas públicas com o surgimento, o fortalecimento e o incentivo à produção; o consumidor direto, dando ênfase à importância das organizações coletivas para organizar, disponibilizar a produção em mercado de curta distância, como feiras, varejos e outros presentes nos municípios e territórios, como podemos observar na Figura 8. O que chama atenção é a presença do atravessador no processo de comercialização, o qual se apropria de uma grande fatia do valor da produção. Essa apropriação é ainda maior entre as associações. Tais aspectos mostram que há uma dificuldade nas comunidades para superar a ação da figura do atravessador, que é um dos objetivos das associações e cooperativas. Essa dificuldade pode indicar que, em alguns casos, essas organizações passam a depender do atravessador, que dá liquidez ao produto na hora da comercialização. Tais aspectos precisam de maior investigação visando obter melhor visão da presença desse agente na dinâmica das organizações coletivas. Como observam Amaral, Aleixo e Franco (2012, p.76), a "presença dos atravessadores na cadeia produtiva deve ser considerada não um "novo" nem "velho", mas sim um "constante" desafio" para as organizações dos agricultores familiares. Outro fator observado é a baixa aquisição da produção por parte da indústria, principalmente considerando que no Amazonas há um dos maiores parques industriais do Brasil, que é a Zona Franca de Manaus. E grande parte dessa indústria depende de matéria-prima que pode ser produzida e organizada pelas associações e cooperativas (Santos, Brito e Neves, 2021).

Figura 8. Principais compradores da produção.



Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do mapa Conexsus (2018).

Os dados mostram que a existência de organizações coletivas disseminadas nos mais diferentes rincões constitui-se em potencial para as comunidades, cuja ação e importância necessitam ser aperfeiçoadas para melhor influenciar as dinâmicas de desenvolvimento das comunidades rurais do Amazonas.

Considerações finais

A pesquisa mostrou que, no Amazonas, há um número considerável de organizações voltadas para o desenvolvimento no meio rural (cooperativas e associações), porém muitas dessas organizações têm debilidades que não permitem a elas cumprir da melhor forma o seu papel no contexto do desenvolvimento da comunidade. O número dessas organizações cresceu muito de 2000 a 2010, depois houve um declínio. Essas associações e cooperativas surgem, muitas vezes, por fatores e atores externos às comunidades, com motivações específicas, tendo como resultado, em um número significativo de organizações, a pouca participação das famílias das comunidades. A participação é um elemento central no fortalecimento dessas organizações do meio rural.

As cooperativas e associações têm deficiências em termos de gestão administrativa, de organização de ações e estabelecimento de ações estratégicas visando organizar e melhorar os processos de produção, processamento e comercialização da produção, agregando valor e apropriando-se de fatia maior da riqueza gerada. Essas deficiências fazem com que os agricultores e associados, além da própria organização, fiquem na dependência de atravessadores, principalmente na comercialização. Também, a geração de renda das famílias fica muito dependente de algumas políticas e programas, que mudam com os governos, e as organizações poderiam ser um instrumento de diversificação dos mercados para a produção da agricultura familiar.

A pesquisa mostrou que, além dos problemas apresentados, a maioria das cooperativas e associações não tem estratégias de curto, médio e longo prazos, visando à agregação de valor, seja por meio de processamento mínimo, agroindustrialização ou de busca de mercados específicos para os produtos.

Pelas características das organizações no Amazonas, que são pequenas em estrutura e número de associados, que acessam principalmente mercados locais, regionais e do estado, pela ordem, com comercialização principalmente para mercados institucionais, direto ao consumidor e ao atravessador. É o que mostra a pesquisa.

O fortalecimento das organizações passa necessariamente pela melhoria da gestão dos empreendimentos, pela participação das pessoas criando mecanismos específicos para isso. Elas também contribuem para o fortalecimento do estabelecimento de planos estratégicos para a melhoria e organização da produção, da agregação de valor e melhoria da comercialização, reduzindo a dependência dos atravessadores e programas específicos cuja duração depende da vontade discricionária de agentes externos às organizações.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). Amazônia e a crise da modernização. Belém: MPEG, p. 521-537. 1994.

ALVES, J. B.; COSTA, F. S.; SOUZA, W. J. Organização social como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar no Amazonas. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 3, p. 120-137, 2018.

AMARAL, R.; ALEIXO, J.; FRANCO, M. Organização da produção na Amazônia: a experiência de comercialização coletiva da castanha em Manicoré. lEB/COVEMA, Brasília, DF, Brasil. 2012,86p.

ANDRADE, R.A. Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM) – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil ; 2011.

AQUINO, A. S. de; SILVA, R. O. Acordos de pesca no Amazonas: instrumento de gestão e participação social. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 6, n. 14, p. 17-29, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p17-29

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Tipos de pesquisa. São Paulo,1997.

ARAÚJO, I.F. Economia solidária e territorialização: elementos conceituais de um outro desenvolvimento. Revista Terceira Margem Amazônia. VOL 2 • N. 6 • JAN/JUL.2016.

BILLACRÊS, M. A. R.; NASCIMENTO, I. F. A produção de farinha de mandioca e organização da comunidade indígena de Feijoal, Benjamin Constant (AM). Revista Terceira Margem Amazônia, v. 5, p. 299-319, 2019.

BRASIL,MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa de aquisição de alimentos – PAA. Brasília (DF): MDS, 2010 (Caderno base III Seminário Nacional do PAA).

CARVALHO, Horácio M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 385. 2005.

CHARLES, T.; BATTESE, G. E.; VILLANO, R. A. Family farms plus cooperatives in China: technical effi ciency in crop production. **Journal of Asian Economics**, v. 64, p. 101-129, 2019.

COBB, W. C.; DOUGLAS, H. P. A Theory of production. **American Economics Review**, v. 18, n. 3,p. 139-165, 1928.

CONEXSUS.Mapeamento de negócios comunitários sustentáveis. **Desafio Conexsus. Disponivel: https://desafioconexsus.org/mapa-desafio-conexsus/ aceso em 20 mar 2022**

FAGOTTI, L.N. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no Interior Paulista. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.9, n.1 e 2. 2017

FISCHER, E.; QAIM, M. Linking smallholders to markets: determinants and impacts of farmer collective action in Kenya. **World Development**, v. 40, n. 6, p. 1255-1268, 2012

FRANCESCONI, G. N.; RUBEN, R. The hidden impact of cooperative membership on quality management: a case study from the Dairy Belt of Addis Ababa. **Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity**, v. 1, n. 1, 2012.

GAMBETTA, D. Confiança e cooperação. In W. Outhwaite,T. Bottomore, (Eds.), Dicionário do pensamento social do século XX (pp.119-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. -- São Paulo:Atlas, 1991.

GUTIERREZ, D. M. G. Tecnologia social e seus desafios teórico-práticos: uma experiência amazônica. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 1, n. 5, 2015.

GUTIERREZ, D. M. G.; CARVALHO, S. M. S.; RODRIGUES, D. C. B.; GARCIA, J. C. D. Política nacional de tecnologia social: reflexões a partir de um grupo de trabalho amazônico. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 6, n. 14, p. 31-42, 2020.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: venda de serviços ambientais ou de atividades produtivas? Revista Terceira Margem Amazônia. v. 6, n. especial 16, p. 23-34, 2021. DOI:http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p23-34

ILIOPOULOS, C. et al. Organizational design in Estonian agricultural cooperatives. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 7, n. 2, p. 11, 2019.

MANESCHY, M.C; MAIA, M.L.S.; CONCEIÇÃO, M.F.C. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. Novos Cadernos NAEA,v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

MOREIRA, S. E.; SILVA, R. R. A importância da contabilidade para os pequenos produtores: um estudo de caso na feira Agroufam. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 6, n.14, p. 93-101,2020.DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p93-101

NAZIRI, D. et al. Estimating the impact of small-scale farmer collective action on food safety: the case of vegetables in Vietnam. **Journal of Development Studies**, v. 50, n. 5, p. 715-730, 2014.

OLIVEIRA, L.V;DOS ANJOS, E.G. **Paradoxos da participação em empreendimentos associativos. In: ROCHA, A.G.P;DOS ANJOS, E.G.** Cooperativismo e associativismo rural na Bahia . Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021.

PEREIRA, H. dos S.; VINHOTE, M. L. A.; ZINGRA, A. F. C.; TAKEDA, W. M. A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 1, n. 5, p. 59-74, 2015.

PRADO, R. B. Serviços ecossistêmicos: estado atual e desafios para a pesquisa na Amazônia. Revista Terceira Margem Amazônia. v. 6, n. especial 16, p. 11-22, 2021. DOI:http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p11-22

RAMOS, E.B.T;FILHO VIEIRA, J.E.R. Cooperativismo e associativismo na produção agropecuária de menor porte no Brasil. exto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2021

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido.** 37° Congresso da SOBER, , Foz de Iguaçu-PR, 1999.

SANTOS, A. C; BRITO A. P. S. B.; NEVES, S. F. A importância da indústria de biocosméticos para o desempenho econômico do estado do Amazonas. Revista Terceira Margem Amazônia. v. 6, n. especial 16, p. 105-125, 2021. DOI: http://dx.doi.or-g/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p105-125

SCHNEIDER, S., GAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M.(Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) **.As principais diferenças entre associação e cooperativa. Disponivel em :** https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD **Acesso em 21 mar 2022.**

SILVA, L. J. S; MENEGHETTI, G. A; PINHEIRO, J. O. C. Elementos para a discussão sobre políticas e programas de preservação dos serviços ambientais no Amazonas. Revista Terceira Margem Amazônia. v. 6, n. especial 16, p. 85-104, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p85-104.

TEIXEIRA, E. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997

WEBERING, S. I. Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 6, p. 567-581, 10 jun. 2020.